



MULHERES E HOMENS EM JORNADAS SEM LIMITES: DOCÊNCIA, GÊNERO E SOFRIMENTO¹

Women and men on endless workdays: teaching, gender, and suffering

Izabel Cristina Ferreira Borsoi²
Flavilio Silva Pereira³

RESUMO

Este artigo visa discutir aspectos da atividade acadêmica que impactam a saúde dos docentes e o modo de organizar o seu tempo dentro e fora do âmbito laboral, considerando as diferenças de gênero. A pesquisa foi realizada na Ufes (Universidade Federal do Espírito Santo)

¹ A discussão feita aqui baseia-se em resultados da pesquisa “Precarização do trabalho e produtividade: implicações no modo de vida e na saúde de docentes do ensino público superior”, que teve apoio financeiro da Associação dos Docentes da Ufes (Adufes) para custeio de material de consumo e assessoria de informática e estatística. O projeto, coordenado pela autora principal deste artigo, foi cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Ufes.

² Psicóloga, Mestre em Psicologia Social, Doutora em Sociologia e professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: <cristinaborsoi@uol.com.br>.

³ Cientista social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e mestrando em Sociologia Política na Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf). E-mail: <flaviliosp@gmail.com>.

e abordou 96 professores efetivos (56 homens e 40 mulheres). A maioria deles declara extrapolar a jornada laboral regular e estar sobrecarregada. Dentre as queixas relativas à sua saúde, predominam aquelas de ordem psicoemocional e/ou psicossomática. Quanto ao gênero, as mulheres declaram jornadas de trabalho mais extensas, usam medicação prescrita com maior frequência e apresentam mais sintomas de sofrimento ou adoecimento.

PALAVRAS-CHAVE

Trabalho docente. Gênero. Tempo social. Jornada laboral. Saúde e sofrimento.

ABSTRACT

This article aims at discussing aspects of academic activities that affects professors' health and way of organizing their schedule in and outside the work sphere, taking gender differences into account. The study was carried out at Ufes (Federal University of Espírito Santo), Brazil, and it comprised 96 tenured professors (56 men and 40 women). Most of them claim to work beyond regular workday, and to be overloaded with work. Among their complaints regarding health matters, psycho-emotional and psychosomatic issues are predominant. As far as gender is concerned, women report having longer workdays, take prescribed medications more frequently, and present more suffering and sickening symptoms.

KEYWORDS

Teaching work. Gender. Social time. Workday. Health and suffering.

Submetido em 18/07/2011

Aceito em 01/09/2011

1 INTRODUÇÃO

A partir da década 1990, a reestruturação administrativa e acadêmica das instituições públicas universitárias brasileiras tem-se

caracterizado pela intensificação do trabalho docente e pela construção de uma cultura centrada na lógica mercantil, tendo como elementos fundamentais as exigências de metas e excelência produtivas, além de mudanças importantes no conjunto de direitos trabalhistas.

Essa reestruturação universitária tem como parâmetro o conjunto de transformações que ocorre no mundo do trabalho, em âmbito global, desde a década de 1970, cujos desdobramentos têm sido os mais amplos e diversos. Dentre eles, destacamos: a fragmentação, a heterogeneização e as novas configurações da classe trabalhadora (ANTUNES, 1995; 2006); a relação entre essa heterogeneização e o enfraquecimento do processo de construção de identidade coletiva dos trabalhadores (COUTINHO, 2007); a diversidade dos modelos contratuais que se expressam nas formas de trabalho formal ou típico e de trabalho informal ou atípico (LIMA; SOARES, 2002); os novos modos de inserção no mundo do trabalho e o redimensionamento da temporalidade social (AQUINO, 2007); o surgimento de novos territórios industriais, resultantes da necessidade de expansão do capital, e seus impactos na vida e na saúde dos trabalhadores (BORSOI, 2005; RIGOTTO, 2008). Esse momento do capitalismo é denominado por Chesnais (1996) de *mundialização do capital*, caracterizada por um regime de acumulação predominantemente financeiro. Trata-se de um sistema marcado pela reestruturação produtiva, no âmbito da produção, e pelo modelo neoliberal, na esfera política.

No caso específico das universidades públicas federais, a reestruturação implicou, entre vários aspectos, a chamada expansão universitária, que tem o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (Reuni) como principal referência. Esse programa condiciona a liberação de verbas financeiras a sua adesão por parte das universidades. Tais verbas

estão, no geral, destinadas à criação de infraestrutura para novos cursos e à contratação de docentes para cobrir demandas geradas por esse crescimento. Por seu turno, as universidades que aderem a esse programa assumem o compromisso de passar por um processo de expansão tanto em termos de criação de novos cursos de graduação e pós-graduação quanto de elevar o número de alunos em cursos já existentes, além de investir em maior produção científica. Assim, algumas necessidades imediatas das universidades integradas ao Reuni vão sendo atendidas à medida que elas conseguem cumprir o pacto estabelecido no seu plano de expansão. A intensificação do trabalho docente está, portanto, diretamente relacionada ao crescimento vertiginoso do número de cursos de graduação e de programas de pós-graduação e, por consequência, da quantidade de alunos, sem que ocorra, em contrapartida, contratação de novos docentes de acordo com as reais necessidades das universidades.

Tomando como referência sete universidades federais da região Sudeste, no período entre 1995 e 2005, Sguissardi e Silva Jr. (2009) apontam que esse crescimento foi maior ou menor dependendo do nível de desenvolvimento e relevância da instituição. Considerando as duas universidades localizadas nos extremos dessa expansão, os autores mostram que, em termos proporcionais, a que menos cresceu foi a Universidade Federal Paulista (Unifesp) e a que mais se expandiu foi a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). O crescimento ocorreu no que se refere tanto à estrutura física (construção e reforma de prédios) quanto à acadêmica (como a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação). Entretanto, o mesmo não se deu no que diz respeito ao contingente de docentes para atender às novas demandas acadêmicas.

No conjunto das instituições federais de ensino superior, os desdobramentos desse novo quadro na vida dos docentes têm sido, entre outras coisas, a sobrecarga física e psíquica, que se expressa em modos diversos de sofrimento e adoecimento, principalmente os de ordem psicoemocional, conforme têm indicado autores como Bianchetti e Machado (2007), Emiliano (2008) e Lacaz (2010).

Este artigo tem como objetivo discutir aspectos da reestruturação universitária que impactam a saúde dos professores e seu modo de organizar o tempo dentro e fora do âmbito do trabalho, tomando como campo empírico a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Neste caso, ser *professora* ou *professor* faz diferença. Assim, buscamos mostrar que, apesar de os encargos docentes serem semelhantes para homens e mulheres, são estas que sentem com maior intensidade a sobrecarga da jornada de trabalho, bem como as consequências das condições laborais em suas vidas.

Para tratar de tal problema, levamos em conta que a carreira profissional e a vida doméstica compõem uma realidade experimentada de maneiras diferentes por mulheres e homens. Segundo Bourdieu (2002), as sociedades ainda vivem sob a força da ordem masculina, que funciona como uma imensa máquina simbólica que considera como dimensões do feminino a casa, a água, os vegetais e os tempos de gestação, e como dimensões do masculino a assembléia, o salão, o tempo do ciclo de vida e o ano agrário. Em que pesem as especificidades culturais de cada sociedade, há um sistema de crenças arraigadas que impõe e naturaliza diferenças no uso do tempo e no estabelecimento de territórios e posições sociais destinados a homens e mulheres.

Na sociedade ocidental, em grande medida, os *mundos* masculino e feminino continuam marcados por essas características. Desse

modo, mesmo a elevada qualificação profissional e a capacidade intelectual – que aproximam homens e mulheres em torno de direitos sociais no espaço institucional acadêmico – não são suficientes para cancelar as distâncias relativas aos lugares que eles ocupam nos espaços privado, público e, também, laboral.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi iniciada em meados de 2009 e realizada em duas etapas. A primeira caracterizou-se por um levantamento de informações através de um protocolo de perguntas fechadas e abertas abordando: jornada e condições de trabalho; forma de organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão; sentimentos em relação ao trabalho; aspectos relativos à saúde e ao modo de organização do tempo liberado do trabalho; e impressões gerais dos docentes sobre a própria atuação e sobre a universidade.

O instrumento utilizado para aquele levantamento foi apresentado em versão impressa e *on-line*,⁴ ficando a critério do professor escolher de que forma preferiria participar da pesquisa. Em ambas as versões ficou resguardada a identidade do participante – em conformidade com os procedimentos recomendados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Ufes (CEP), instância na qual o projeto de pesquisa foi aprovado. Os professores foram informados sobre a pesquisa e convidados a participar dela através de reuniões departamentais e de *e-mails*.

Foi critério para a delimitação do universo da pesquisa que os departamentos nos quais os docentes estavam lotados tivessem programas de pós-graduação em funcionamento por, ao menos, três anos, com isso garantindo o triênio para a primeira avaliação

⁴ A versão *on-line* do protocolo foi elaborada pelo engenheiro de computação Gustavo Becacici.

da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Esses departamentos estão vinculados a diferentes centros: Tecnológico, de Educação, de Ciências Humanas e Naturais, de Ciências Jurídicas e Econômicas, de Ciências Exatas e de Ciências da Saúde. Assim, foi contemplada uma grande diversidade de áreas de conhecimento.

Essa etapa da pesquisa envolveu 96 docentes efetivos de um universo de 403 profissionais. São 56 homens (58,3%) e 40 mulheres (41,7%) com idade média de 46,7 anos, variando entre 26 e 68 anos, distribuídos por 18 departamentos (ver Quadro 1).

	Professores efetivos por departamento, por ocasião do convite para participação na pesquisa	Docentes/ depart.	Docentes particip.
1	Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento	17	8
2	Departamento de História	15	3
3	Departamento de Ciências Biológicas	20	3
4	Departamento de Linguagem, Cultura e Educação	15	4
5	Departamento de Teoria de Ensino e Práticas Educacionais	16	7
6	Departamento de Educação, Política e Sociedade	19	3
7	Departamento de Línguas e Letras	33	12
8	Departamento de Ciências Econômicas	27	8
9	Departamento de Serviço Social	17	4
10	Departamento de Administração	18	9
11	Departamento de Engenharia Civil	19	2
12	Departamento de Engenharia Mecânica	26	3
13	Departamento de Engenharia Elétrica	32	10
14	Departamento de Informática	29	5
15	Departamento de Matemática	25	4
16	Departamento de Física	32	2
17	Departamento de Medicina Social	15	5
18	Departamento de Enfermagem	28	4
Total		403	96

Quadro 1: Professores efetivos participantes da pesquisa por departamento.

Fonte: Pesquisa direta

Os dados assim obtidos passaram por análise quantitativa e qualitativa. No caso da sistematização dos dados para a análise estatística, foi utilizado o programa SPSS SPSS 11.5 para Windows (Statistical Package for Social Sciences). As informações qualitativas foram sistematizadas com base na técnica de análise de conteúdo.

Os procedimentos adotados no percurso da análise foram realizados de forma a permitir traçar o perfil dos docentes envolvidos na pesquisa no que diz respeito ao modo de caracterizar seu trabalho e organizar sua jornada, ao tempo efetivo dedicado ao trabalho, às questões de gênero, às expressões de sofrimento e/ou adoecimento etc.

A segunda etapa da pesquisa consistiu em um conjunto de entrevistas em profundidade com professores ligados a vários departamentos e que haviam respondido às perguntas do protocolo. Nesse caso, a amostra foi construída intencionalmente, e as informações obtidas por tal procedimento não integram a análise desenvolvida neste artigo.

3 PROFESSORES E PROFESSORAS EM SUAS JORNADAS: TEMPO DE TRABALHO E TEMPO PRIVADO

Cada momento histórico e cada cultura determinam a forma como o tempo é vivido, sentido, percebido. Em sociedades menos complexas, o tempo das atividades é regulado pelo ritmo da natureza – mar, ventos, colheitas ou animais –, como mostra Elias (1998). No mundo ocidental, a transição para a sociedade industrial foi acompanhada de mudanças na percepção da temporalidade social, uma vez que houve uma intensa e rigorosa reestruturação dos hábitos de trabalho. O resultado foi a construção de uma nova disciplina do uso do tempo dos trabalhadores, tanto no âmbito

laboral como, também, na esfera privada (THOMPSON, 1998). A respeito dessa transição, Sennett (2002, p. 40) afirma:

Os sinos das igrejas, desde o século seis, marcavam o tempo em unidades religiosas do dia; os beneditinos deram um passo importante, no início da Idade Média, tocando os sinos para marcar as horas de trabalhar e as de comer, além das de rezar. Mais próximo da época de Smith, relógios mecânicos haviam substituído os sinos das igrejas, e em meados do século dezoito os relógios de bolso achavam-se em uso generalizado. Agora podia-se saber o tempo matematicamente exato onde quer que se estivesse, ao alcance da vista ou do ouvido de uma igreja ou não: o tempo deixara assim de depender do espaço.

Desse modo, o tempo social contemporâneo (tal como a forma de percebê-lo e experimentá-lo) é um tempo transformado em hábitos por regras e valores impostos culturalmente, de acordo com a lógica do mundo do capital. Trata-se, portanto, de uma realidade construída socialmente, internalizada pelos indivíduos e que, ao fim, determina, em grande medida, maneiras de pensar e agir. Assim, como explicita Durkheim (1989), o poder do tempo nasce da própria experiência social.

Essa experiência mostra-se de formas diversas não apenas ao longo da história e segundo os contextos culturais, mas também conforme os gêneros. Para Cebotarev (1984), o tempo social é distribuído em torno de determinados papéis sociais tradicionais desempenhados por homens e mulheres na sociedade. No mundo laboral e no mundo doméstico, o masculino e o feminino delimitam os espaços e os usos do tempo cotidiano de maneira distinta.

A pesquisa que realizamos mostra que homens e mulheres docentes tendem a se diferenciar no que tange ao uso dessas

dimensões espaciais e temporais, bem como no que se refere às formas de lidar com as demandas laborais e aos modos de expressão de sofrimento ou adoecimento.

Em relação à jornada e à carga efetivas de trabalho, a média diária de tempo trabalhado informada pelos participantes é de nove horas para os homens e 10,1 para as mulheres. Essa diferença, por si só, não é digna de nota. Entretanto, quando se trata de tempo máximo de trabalho diário, a jornada pode chegar a 12 horas no grupo masculino e 15 no grupo feminino.

Uma maior carga de trabalho – portanto, jornada efetiva mais extensa que a regulamentar – poderia estar associada ao vínculo do docente a programas de pós-graduação, como é a suposição corrente. Entretanto, embora a amostra da pesquisa aponte mais mulheres com doutorado (82,5%) do que homens (78,6%) com a mesma titulação, são estes que mais se vinculam aos programas de pós-graduação – 73,2% no grupo masculino e 57,5% no grupo feminino.

Sendo assim, é necessário buscar outras formas de compreensão desse fenômeno. Uma delas está fundamentada em informações oferecidas pelos próprios docentes e diz respeito ao local de efetivação da jornada laboral.

Notamos que mais de três quartos (77,1%) dos participantes declaram trabalhar parte do tempo na universidade e parte, no espaço doméstico. Aqui, é entre as mulheres que esse percentual aparece mais expressivo. São 92,5% do grupo feminino contra 66,1% do grupo masculino. Mantêm a jornada de trabalho restrita ao espaço institucional 33,9% dos homens e apenas 7,5% das mulheres, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1: Gênero e local de efetivação da jornada de trabalho

Você faz sua jornada de trabalho		Masculino		Feminino		Total	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Toda	na	19	33,9	3	7,5	22	22,9
universidade							
Parte	na	37	66,1	37	92,5	74	77,1
universidade e parte							
em casa							
Total		56	100	40	100	96	100

Fonte: Pesquisa direta

A justificativa da maioria dos docentes (homens e mulheres) para trabalhar em suas próprias residências tem a ver com as condições de trabalho na universidade: salas compartilhadas com colegas que, quando presentes, dificultam a concentração em atividades de preparação de aula, elaboração de relatórios ou artigos, orientação de alunos etc.; falta de computadores para os que ocupam o mesmo espaço físico; às vezes, condições físicas inadequadas da própria sala e do seu entorno (aparelhos de ar-condicionado ruidosos por serem antigos e não terem manutenção, banheiros em condições precárias de funcionamento).

São poucos (22,9%) os professores que afirmam conseguir restringir seu trabalho ao espaço físico da universidade. Mesmo assim, muitas vezes trabalham em casa nos fins de semana e feriados. Neste último caso, outra vez as mulheres aparecem como mais ocupadas nesses períodos. São 90% delas e 75% dos homens, o que significa que as professoras seguem em suas atividades acadêmicas por mais tempo, mesmo quando estão no âmbito familiar e durante o tempo que deveria ser dedicado à vida privada.

Essa forma de organizar o tempo de trabalho é denominada por Sennett (2002) de *flexitempo*, que pode se efetivar na extensão da jornada – esta podendo ser integral ou de meio período –, na “[...] compressão [...]” de tarefas em um menor número de dias da semana para obter mais tempo de folga, na distribuição da jornada entre o espaço organizacional e o doméstico. De um jeito ou de outro, o *flexitempo* põe o trabalhador “[...] no domínio íntimo da instituição[...]” em que atua (SENNETT, 2002, p. 68).

Quando realizado no espaço domiciliar, o trabalho tende a não ter limites de horário bem definidos para iniciar e, principalmente, para terminar. Desse modo, ainda que o docente tenha no espaço doméstico um local reservado para suas atividades profissionais, arrisca-se a invadir, com suas tarefas profissionais, o tempo que deveria ser voltado ao descanso e às demandas familiares ou pessoais. Uma vez que seus meios de trabalho (computador, internet, livros e telefone) estão em casa à sua disposição, sente-se impelido a seguir trabalhando, mesmo que, não raramente, veja seu tempo laboral interrompido por demandas privadas.

No caso das mulheres, esses limites são ainda mais tênues. Quando trabalham em suas residências, quase invariavelmente elas se dividem, no mesmo intervalo de tempo, entre as necessidades profissionais e determinadas incumbências domésticas. Isso ocorre graças ao que consideram maiores autonomia e flexibilidade da jornada de trabalho, o que possibilita flexibilizar também o uso do tempo privado. Não sem razão, Sennett (2002, p. 68) considera o trabalho realizado em casa “[...] o mais flexível dos flexitempos [...]”.

Mulheres que adotam essa maneira de trabalhar tendem a realizar a chamada dupla jornada, sem que se separe o tempo destinado à primeira (ou seja, à profissão) do tempo reservado à segunda (isto

é, à casa) – o que não é comum ocorrer entre trabalhadoras que concentram sua jornada na organização à qual estão vinculadas. Isso tem uma consequência importante, que é a utilização menos racional do próprio tempo, sobretudo quando se trata de trabalho cuja dimensão é imaterial – como é o caso da atividade acadêmica, caracterizada por intenso esforço cognitivo e concentração intelectual, não podendo, portanto, ser realizada mecanicamente.

A preparação de aulas, a análise de informações de pesquisa, a elaboração de relatórios, artigos, pareceres etc. exigem dos docentes, de maneira geral, determinado tempo de amadurecimento do conteúdo que está sendo trabalhado. É a partir de atividades como essas que eles conseguem *materializar* seu raciocínio num plano que lhes sirva de guia na sala de aula, num texto articulado para fins de publicação, na exposição e discussão dos resultados de uma investigação. Interrupções durante esse processo de produção intelectual tendem a desviar o professor de seu foco, tirando o fio condutor de seu pensamento, de modo que a retomada da atividade obriga ao uso de tempo extra para recuperar o raciocínio acerca do que está sendo feito – ou, como dizem alguns, *retomar o fio da meada*. Com isso, a tendência é investir mais tempo na atividade laborativa, mas produzir menos, em termos tanto quantitativos quanto qualitativos.

Para as mulheres docentes, isso pode implicar um esforço ainda mais intenso, pois elas buscam, em alguma medida, conciliar trabalho doméstico e trabalho profissional no mesmo espaço físico e no mesmo intervalo temporal. Aguiar e Cyrino (2010), em uma pesquisa sobre o uso do tempo entre mulheres executivas, mostram que, embora o trabalho doméstico tenha em suas vidas um caráter residual, ele continua apresentando certo conteúdo sexuado. Para essas autoras, a necessidade de conciliação entre as

dimensões espacial e temporal não existe na realidade masculina, o que permite que os homens conduzam suas carreiras profissionais de forma independente da vida doméstica.

Em se tratando das professoras, a experiência de frequentes interrupções na atividade profissional parece caracterizar parte importante de seu tempo, e talvez essa seja uma das razões para que, muitas vezes, considerem suas jornadas de trabalho excessivamente longas, mesmo que seus encargos na universidade não sejam distintos daqueles assumidos pelos homens.

Um outro elemento a ser levado em conta, nesse caso, é a maior propensão das mulheres a serem mais detalhistas na realização de suas tarefas, uma característica historicamente desenvolvida, que integra seu processo de socialização. A expectativa normativa em torno dessas questões de gênero é a de que os homens têm visão mais ampla da realidade e apresentam maior objetividade e racionalidade na condução de suas vidas, enquanto as mulheres são mais emotivas e também levadas por uma perspectiva mais restrita e detalhada dessa mesma realidade.

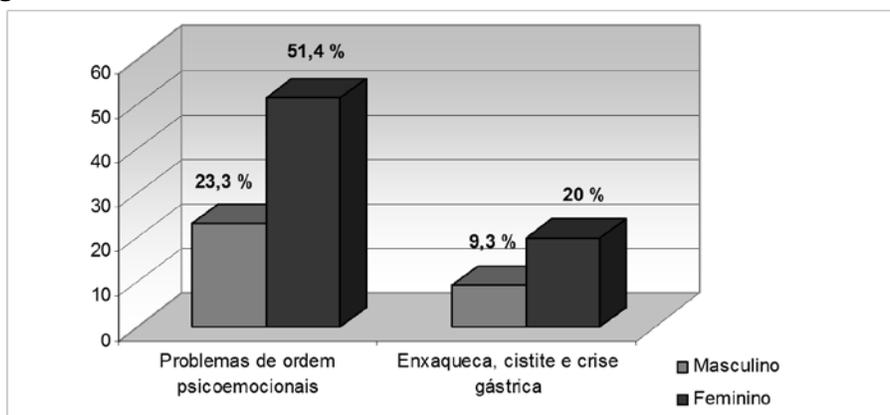
Esse raciocínio parece fazer sentido quando observamos a distribuição, por gênero, dos docentes nos cursos da universidade. É naqueles cursos voltados para as ciências exatas, tecnológicas e econômicas que se concentram os homens – ou seja, as áreas consideradas *hard* do conhecimento científico. As mulheres, por sua vez, estão mais presentes nas áreas *soft* ou nas chamadas ciências aplicadas mais diretamente voltadas para atividades de cunho social.

As questões de gênero, todavia, não se restringem à maneira de trabalhar, mas também aos aspectos relacionados à saúde, como veremos a seguir.

4 TRABALHO DOCENTE, GÊNERO E SOFRIMENTO

De maneira geral, os problemas que afetam a saúde dos docentes são mais frequentes entre as mulheres do que entre os homens. Assim, 87,5% delas referem ter procurado atendimento médico e/ou psicológico nos últimos dois anos, enquanto, entre os homens, esse percentual é de 76,8%. Dentre os professores que procuraram ajuda profissional, 36% (28 participantes) apresentam queixas relacionadas a agravos de ordem psicoemocional (principalmente depressão e ansiedade). Nesse grupo, temos 18 mulheres – o que corresponde a 51,4% do grupo feminino (composto por 40 participantes) – e 10 homens – 23,3% do grupo masculino (composto por 56 participantes). Outro conjunto de problemas inclui enxaqueca, cistite e crise gástrica – que são afecções passíveis de ser desencadeadas por aspectos ligados à dimensão psicoemocional –, e atinge 14,1% dos docentes. Nesse caso, novamente as mulheres são as mais atingidas. Apresentam essa modalidade de problema 20% do grupo feminino e 9,3 do grupo masculino (ver Figura 1).

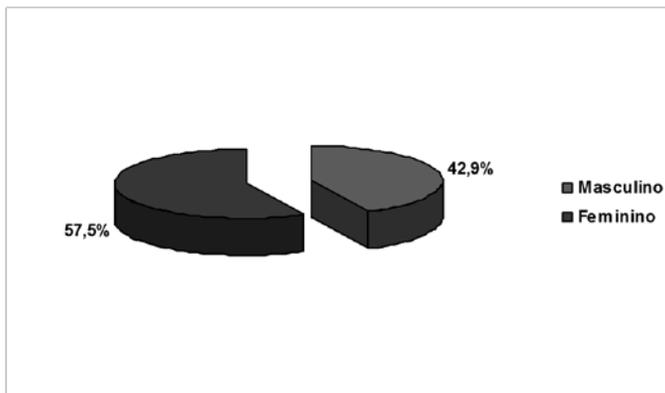
Figura 1: Motivos para a busca de atendimento médico e/ou psicológico, por gênero



Fonte: Pesquisa direta

Dentre os docentes que afirmaram fazer uso frequente de medicação prescrita, temos 23 mulheres e 24 homens, totalizando 49% da amostra. Aqui, novamente a presença feminina chama a atenção. Considerando o grupo amostral por gênero, constatamos que o número de mulheres que usam medicação corresponde a 57,5% das 40 participantes da pesquisa, percentual que cai a 42,9% entre os 56 homens, como pode ser visto na Figura 2.

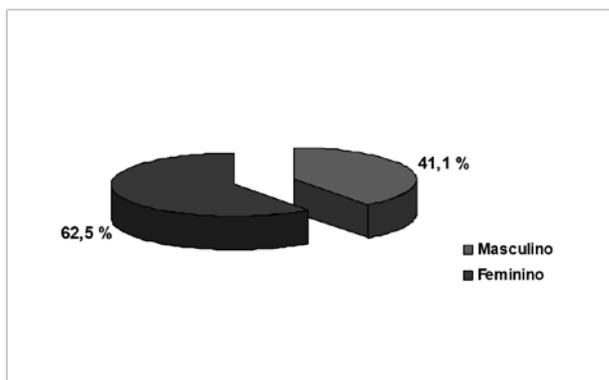
Figura 2: Docentes que afirmaram fazer uso de medicação prescrita, por gênero



Fonte: Pesquisa direta

Nem sempre os sintomas do corpo são vistos pelos docentes como algo que leva à necessidade de ajuda médica e/ou psicológica. É o que ocorre com a metade dos participantes. Assim, 48 docentes expressam queixas quanto a mal-estares e desconfortos, como cansaço, fadiga, estresse, insônia e dores no corpo. Levando-se em conta os gêneros, vemos que as mulheres são as que aparecem comprometidas com maior frequência. Elas compõem 62,5% do conjunto das professoras que participaram da pesquisa, contra 41,1% do grupo de homens, como informa a Figura 3.

Figura 3: Docentes que referiram mal-estares e desconfortos, como cansaço, fadiga, estresse, insônia e dores no corpo, por gênero



Fonte: Pesquisa direta

Informações acerca da saúde de docentes, destacando as mulheres como aquelas que mais sofrem ou adoecem, podem ser encontradas também em uma pesquisa realizada por Emiliano (2008) em outra instituição pública de ensino superior, a Universidade Federal Fluminense (UFF). Utilizando, em parte, dados disponíveis na Divisão de Saúde Ocupacional da própria instituição, a autora mostra que, em 2007, 194 docentes procuraram aquele serviço – 124 (63,9%) mulheres e 70 (36,1%) homens. Esses percentuais tornam-se importantes quando consideramos que a participação masculina é maior do que a feminina entre os docentes da instituição. Os diagnósticos prevalentes foram os transtornos mentais e comportamentais, envolvendo 20 professoras e nove professores, seguidos de doenças do sistema nervoso, que acometeram 17 mulheres e seis homens.

Os problemas mais relatados pelos participantes da pesquisa que realizamos não se restringem, entretanto, aos transtornos designados como de ordem psicoafetiva ou a afecções de

expressão somática que possam ter como desencadeantes principais aspectos da dimensão psicoemocional. Assinalaram que ministram aula com algum nível de esforço vocal 64,6% dos docentes, enquanto que 28,1% já sentem desconforto e irritação decorrentes do uso da voz. Os motivos apresentados para tal esforço são as condições inadequadas das salas de aula e, muitas vezes, o elevado número de alunos. Sobre esse assunto, há duas observações dignas de nota.

A primeira tem a ver com a relação entre esforço vocal e quantidade de horas-aula semanais. Nesse caso, esse tipo de esforço, com ou sem desconforto e irritação, tende a aparecer principalmente entre os profissionais que ministram nove ou mais horas-aula semanais. Isso parece estar relacionado à tendência que têm os docentes a organizar, de modo racional, sua jornada de trabalho. Assim, buscam concentrar as atividades de ensino em poucos dias da semana, com a finalidade de dispor de mais tempo para suas pesquisas, encargos administrativos, viagens para participação em bancas ou em congressos, elaboração de trabalhos científicos etc. Para tanto, assumem ministrar, em condições inadequadas, quatro horas num mesmo turno, ou até seis horas em dois turnos próximos, tendo curtos intervalos para repouso da voz.

O comprometimento da voz, nesses casos, não nos causa surpresa. A literatura mostra que a categoria docente é a que mais sofre consequências relacionadas ao uso do recurso vocal. Isso porque, na tentativa de modificar sua voz para alcançar um padrão considerado adequado, o professor produz ajustes musculares inadequados que perduram durante todo o dia de trabalho, o que resulta em fadiga e alteração da qualidade vocal (LUCHESE, 2009).

A segunda observação diz respeito às mulheres: 27,5% delas assinalam que conseguem manter a voz regular e em volume confortável, contra 39,3% dos homens, e 35% registram precisar de esforço vocal, com desconforto e irritação, enquanto esse percentual cai para 23,2% no grupo masculino (ver Tabela 2).

Tabela 2: Gênero e situação de uso da voz em sala de aula

	Masculino		Feminino		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Consegue manter a voz regular e em volume confortável	22	39,3	11	27,5	33	34,4
Precisa realizar esforço vocal, mas ainda sem desconforto ou irritação	20	35,7	15	37,5	35	36,5
Precisa realizar esforço vocal, com desconforto ou irritação	13	23,2	14	35	27	28,1
NS/ NR	1	1,8			1	1
Total	56	100	40	100	96	100

Fonte: Pesquisa direta

Essa situação é, de certo modo, esperada, considerando-se que as mulheres costumam ter menor volume de voz, o que as obriga ao esforço vocal para serem ouvidas. Assim, de maneira independente do tempo de trabalho e da idade, elas tendem a sentir mais os efeitos da situação inadequada de trabalho.

Embora, em alguns aspectos, sejam as mulheres a expressar, com maior frequência, determinadas consequências negativas desse quadro laboral, não há dúvida de que os docentes, não importando o gênero, estão sofrendo os impactos das condições de trabalho e do modo como este é organizado na universidade.

No que diz respeito às condições laborais propriamente ditas, é notória, nas declarações dos docentes, sua insatisfação com os recursos disponíveis na universidade, como podemos constatar nos depoimentos a seguir:

Desgastantes, aulas boas em decorrência da experiência; equipamentos bons, salas pequenas, sujas, desconfortáveis, divididas com mais três professores e dezenas de alunos em fluxo variável, com todo mundo utilizando três computadores (Docente do Centro de Ciências Humanas e Naturais).

Vão de péssimo – quando se trata de serviços prestados pela universidade (como telefone, luz, água, ar condicionado, computadores, internet etc.) – ao excelente, quando se trata dos equipamentos para pesquisa, graças ao enorme esforço individual e coletivo para obtenção de recursos externos (Docente do Centro de Ciências Humanas e Naturais).

Salas de aula sofríveis, longe do século 21. Recursos didáticos escassos. Minha qualidade de vida na organização: sinto-me sem reconhecimento e, às vezes, um lixo perante a administração da universidade (Docente do Centro Tecnológico).

No geral, as condições são boas. Mais especificamente, veja discriminação abaixo: salas de aula – fraco; acesso a recursos didáticos – regular; acesso a recursos de pesquisa – bom; salas de atendimento – excelente (tenho uma sala individual muito boa) (Docente do Centro Tecnológico).

Precárias; salas de aula ruins; falta de quadros brancos; sem ar condicionado; turmas cheias; sem condições mínimas de organização em colegiados (Docente do Centro de Ciências Exatas).

Salas de aula com instalações físicas extremamente precárias, ambulatórios médicos em péssimas condições, precariedade de material assistencial, equipamentos didáticos obsoletos e precários, falta de acesso a recursos didáticos (Docente do Centro de Ciências da Saúde).

A descrição que muitos docentes fazem de suas condições laborais mostra um grande contraste entre a estrutura tecnológica disponível e a infraestrutura predial e de equipamentos não tecnológicos. Assim, temos, às vezes, no mesmo espaço físico, computadores de última geração convivendo com mesas, armários e aparelhos de ar-condicionado antigos e em más condições de conservação; salas de aula de alguns departamentos equipadas com *datashow*, computador, TV e DVD e, ao mesmo tempo, com ventiladores ruidosos, lâmpadas queimadas, janelas e portas que não se fecham adequadamente. Importante destacar que os recursos tecnológicos, em geral, são adquiridos a partir do empenho dos próprios professores que buscam financiamento para desenvolver suas pesquisas, enquanto que a infraestrutura predial e os recursos didáticos são de responsabilidade da administração superior da universidade.

No que diz respeito ao modo de organização do trabalho acadêmico, é comum os docentes ocuparem suas jornadas com atividades muito diversas entre si: ensino (aulas e orientações de alunos); pesquisa e elaboração de relatórios, artigos etc.; incumbências administrativas (coordenações, comissões, representações etc.); acesso e resposta a *e-mails*; reuniões etc. Em que pese essa diversidade, os professores tendem a considerar apenas as publicações como expressão de sua produtividade. É nesse campo que costumam afirmar que há uma *exigência desmedida*, à qual, no entanto, não têm condições objetivas de atender, como mostram alguns comentários:

A valorização excessiva do fragmentário, do produtivismo quantitativo em prejuízo da qualidade (Docente do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas).

O atendimento às normas da Capes, numa produtividade que exclui mais que beneficia instituições como a Ufes (Docente do Centro de Educação).

Metas impossíveis de cumprir, ou somente cumpríveis se não trabalhasse adequadamente. Ex.: para publicar como quer a Capes (ou dizem que ela quer) teria que negligenciar a graduação (Docente do Centro de Ciências Humanas e Naturais).

Para os docentes, as principais responsáveis por essa busca de produtividade são instituições financiadoras e/ou reguladoras de parte do trabalho acadêmico, como o CNPq e a Capes, dadas as políticas de metas por elas criadas. As instâncias acadêmicas e administrativas da universidade têm adotado critérios estabelecidos por tais instituições, que, por sua vez, estão assimilando modelos de exigência de produtividade similares aos dos setores de produção de bens materiais. Assim, o meio universitário vem sendo cada vez mais caracterizado por uma lógica semelhante àquela existente no setor privado – uma experiência que se tem concretizado no aumento crescente da quantidade de graduados e pós-graduados e de pesquisas que resultem em publicações, pondo, assim, a instituição em condições de competir no mundo acadêmico globalizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos que abordam questões de gênero costumam focar as mulheres como objeto de análise, com poucas referências aos

homens. De maneira proposital, buscamos, aqui, mostrar os modos como os docentes, de ambos os gêneros, lidam com seu trabalho e seu tempo, dentro e fora do âmbito institucional, bem como as formas como são acometidos por desconfortos físicos e psíquicos, sofrimento ou, mesmo, adoecimento.

Essa opção deu-se em razão da constatação de que os docentes, de modo geral, estão sendo submetidos a sobrecarga de trabalho e constante pressão para investir em produtividade e, além disso, instigados a adotar comportamentos competitivos frente a seus pares – mesmo que isso sacrifique a qualidade da produção acadêmica e possa gerar sofrimento e adoecimento. Essa intensificação laboral está relacionada ao processo de reestruturação universitária, que tem resultado na criação de novos cursos de graduação e de programas de pós-graduação, bem como na definição de metas de produção científica, sendo esta tomada, no fundamental, como a quantidade de pesquisas e publicações efetivadas.

Características como essas, associadas à diversidade de atividades que, na atualidade, compõem o trabalho acadêmico, têm implicado jornadas laborais cada vez mais extensas, que levam a uma invasão sem limites da esfera privada pela esfera profissional, uma vez que a fronteira entre os tempos do trabalho e do não trabalho deixou de ser claramente reconhecida, tanto no plano cronológico como no subjetivo. Assim sendo, as dimensões pessoal e profissional passam a gravitar quase que de maneira integral em torno do trabalho. É nesse contexto que as mulheres docentes aparecem como as que mais sofrem as consequências das demandas da profissão.

Sabemos que determinadas características do trabalho docente em universidades públicas permitem certa flexibilidade da jornada

– esta podendo ser realizada parcialmente no ambiente institucional, parcialmente fora dele. As mulheres, na maioria das vezes, optam por trabalhar a maior parte do tempo no espaço doméstico. Embora justifiquem tal prática com os mesmos argumentos dos homens – condições inadequadas de trabalho na universidade –, talvez isso se deva, em algum grau, ao fato de elas estarem mais envolvidas com as demandas familiares do que os homens. Isso pode implicar, como apontado anteriormente, a experiência da dupla jornada num mesmo intervalo temporal. Em razão disso, e de forma distinta do que em geral ocorre com os homens, seu trabalho profissional costuma ser marcado por interrupções mais constantes. Tal dinâmica parece justificar as jornadas percebidas pelas professoras como mais extensas, quando comparadas às dos docentes homens.

Também no campo da saúde, a mulher é quem adoece com maior frequência, faz mais uso de medicação prescrita e mais procura ajuda médica e/ou psicológica. Aqui, os problemas que chamam a atenção são os de ordem psicoemocional, com predominância dos quadros de depressão e ansiedade.

Em que pesem os problemas apontados neste artigo – no que diz respeito à forma de realização do trabalho acadêmico e aos modos de sofrimento e adoecimento que têm acometido professores e professoras –, não tem havido, por parte da administração da universidade, políticas de atenção e prevenção no âmbito da saúde.

Ao contrário, o sofrimento e o adoecimento dos docentes têm sido marcados pela invisibilidade, da mesma maneira como têm sido invisíveis a maioria de suas atividades e o compromisso com seus alunos, seus colegas, sua produção científica. Ministrando aulas, pesquisando, participando de reuniões deliberativas, orientando estudantes

são atividades que integram a produção docente, mas quase sempre não são percebidas pela própria comunidade universitária e, em particular, por aqueles que estão fora dessa coletividade. Assim, muitos professores – homens e mulheres – têm, em grande medida, posto seu compromisso acadêmico acima de suas necessidades e condições pessoais e, até, acima de sua saúde física e mental.

6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, N.; CIRYNO, R. A articulação entre trabalho doméstico e assalariado: o caso das mulheres executivas. In: FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, UFSC, 2010.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

AQUINO, C. A. B. Tempo, trabalho e novas formas de inserção laboral. In: BORSOI, I. C. F.; SCOPINHO, R. A. (Orgs.). **Velhos trabalhos, novos dias:** modos atuais de antigas atividades laborais. Fortaleza: Edições UFC; São Carlos: EDUFSCar, 2007. p. 19-32.

BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. Reféns da produtividade: sobre produção de conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., Caxambu (MG), 2007. **Trabalhos – GT09 - Trabalho e Educação.** Caxambu (MG): ANPED, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT09-3503-Int.pdf>> . Acessado em: 7 mar. 2008.

BORSOI, I. C. F. **O modo de vida dos novos operários: quando purgatório se torna paraíso.** Fortaleza: Editora UFC, 2005.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CEBOTAREV, E. A. A organização do tempo de atividades domésticas e não domésticas de mulheres camponesas na América Latina. In: AGUIAR, N. (Org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, M. C. Trajetória rumo à modernização: implicações para trabalhadores antigos e novos de uma organização industrial catarinense. In: BORSOI, I. C. F.; SCOPINHO, R. A. (Orgs.). **Velhos trabalhos, novos dias: modos atuais de antigas atividades laborais.** Fortaleza: Edições UFC; São Carlos: EDUFSCar, 2007. p. 57-76.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa.** São Paulo: Paulinas, 1989.

ELIAS, N. **Sobre o tempo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EMILIANO, N. **Sociabilidades e adoecimento nas universidades: a saúde do trabalhador na Universidade Federal Fluminense.** 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

LACAZ, F. A. C. Capitalismo organizacional e trabalho: a saúde do docente. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, ano 19, n. 45, p. 51-59, jan. 2010.

LIMA, J. C.; SOARES, M. J. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 163-180, jul./dez. 2002. Dossiê: Trabalho, flexibilidade e precarização.

LUCHESE, K. F. et al. Problemas vocais no trabalho: prevenção na prática docente sob a óptica do professor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, out./dec. 2009.

RIGOTTO, R. M. **Desenvolvimento, ambiente e saúde**: implicações da (des)localização industrial. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo campitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SGUISSARDI, V.; SILVA Jr., J. dos R. **Trabalho intensificado nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

